



LEI COMPLEMENTAR Nº 08/15, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

**ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA
CONCESSÃO DE PARCELAMENTO ESPECIAL
DE DÉBITOS FISCAIS, DISPENSA DE JUROS E
MULTAS NAS CONDIÇÕES QUE INDICA, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE AQUIRAZ, faço saber que a Câmara Municipal de Aquiraz aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Nas ações fiscais em curso e na cobrança administrativa de débitos inscritos ou não na dívida ativa, ajuizados ou não, parcelados ou não, protestados ou não, relativos aos exercícios anteriores, cuja causa do inadimplemento refira-se à cobrança de impostos, taxas e multas por infração de quaisquer naturezas, poderá o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizar tanto à Procuradoria Fiscal do Município quanto à Secretaria de Finanças do Município, cada uma em sua área, respectivamente, a fazerem a transação com o sujeito passivo da obrigação tributária, mediante concessões mútuas, visando à solução da pendência e a consequente extinção do crédito tributário.

Parágrafo único. O termo de acordo judicial ou extrajudicial pactuado entre as partes deverá conter as condições e os motivos das concessões mutuamente feitas.

Art. 2º. Fica instituído o Programa Especial de Parcelamento de Débitos Fiscais do Município de Aquiraz, destinado a possibilitar ao pagamento de créditos tributários da Fazenda Pública de Aquiraz, inscritos ou não na Dívida Ativa do Município, parcelados ou não, nas condições estabelecidas nesta lei.

§1º. Para aderir ao Programa disposto no caput deste artigo, o contribuinte deverá estar, necessariamente, com situação fiscal regular em relação aos tributos do exercício financeiro vigente, devendo o contribuinte proceder à adesão ao programa até a data limite de 31 de agosto do exercício financeiro vigente para fazer jus à obtenção do desconto máximo de 100% (cem por cento) sobre juros e multas.

§2º. Ficam excluídos desta lei os créditos tributários objeto de decisão judicial transitada em julgado em favor do Município de Aquiraz.





§3º. Excetuam-se do disposto neste artigo os créditos imobiliários inscritos na Dívida Ativa Municipal que estejam executados judicialmente e na fase de destinação do bem penhorado à hasta pública, os quais não poderão ser parcelados, salvo através de Termo de Acordo Extrajudicial formalizado entre o sujeito passivo e sujeito ativo, este representado pela Procuradoria Fiscal do Município, desde que homologado judicialmente.

§4º. A concessão de parcelamento de créditos não importará novação ou moratória.

§5º. Os créditos sob discussão judicial, inclusive por meio de embargos à execução fiscal, poderão ser objeto do parcelamento previsto nesta lei, desde que o interessado desista da ação, dos embargos à execução e/ou recursos pendentes de apreciação, com renúncia do direito sobre o qual se fundam nos autos judiciais respectivos, vedada a dispensa de honorários advocatícios, que deverão ser depositados no ato de adesão ao programa, em conta única específica e respeitada a exclusão do §2º deste artigo.

Art. 3º. Os créditos tributários do contribuinte optante pelo parcelamento serão consolidados na data da adesão ao Programa Especial de Parcelamento, incluindo valor principal devidamente atualizado, acrescidos de multa e juros.

Art. 4º. O crédito tributário vencido, consolidado na forma do art. 3º desta lei e, desde que atendido o disposto no §1º do art. 2º, poderá ser pago em até 20 (vinte) parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos mensais e desconto nos juros e multa moratória em conformidade com o disposto no artigo seguinte.

Art. 5º. O contribuinte que aderir ao Programa Especial de Parcelamento de Débitos Fiscais que estiver com os tributos do exercício vigente em situação regular na data da adesão poderá ser beneficiado com a concessão de parcelamento e com a dispensa de juros e multas da dívida ativa municipal, da seguinte forma:

I - 100% (cem por cento) de desconto nas multas e juros, quando a liquidação ocorrer em até 2 (duas) vezes;

II - 90% (noventa por cento) de desconto nas multas e juros, quando a liquidação ocorrer em até 04 (quatro) vezes;





III - 80% (oitenta por cento) de desconto nas multas e juros, quando a liquidação ocorrer em até 06 (seis) vezes;

IV - 70% (setenta por cento) de desconto nas multas e juros, quando a liquidação ocorrer em até 8 (oito) vezes;

V - 60% (sessenta por cento) de desconto nas multas e juros, quando a liquidação ocorrer em até 12 (doze) vezes;

VI - 50% (cinquenta por cento) de desconto nas multas e juros, quando a liquidação ocorrer em até 18 (dezoito) vezes;

VII - 40% (cinquenta por cento) de desconto nas multas e juros, quando a liquidação ocorra em até 20 (vinte) vezes.

§1º. O sujeito passivo beneficiado com o parcelamento nas condições do *caput* deste artigo fica obrigado a manter a regularidade fiscal, inclusive em relação aos tributos vincendos, sob pena de revogação automática dos benefícios concedidos.

§2º. Os valores referentes aos honorários advocatícios, devidos apenas em caso haja processo de execução fiscal, serão pagos com a última parcela do acordo.

Art. 6º. Em qualquer fase do parcelamento, o devedor pode pagar antecipadamente as parcelas vincendas com os mesmos benefícios inerentes ao pagamento à vista quanto ao saldo devedor, desde que esteja com a situação absolutamente regular no exercício em curso, respeitados os descontos anteriormente concedidos.

Art. 7º. O valor de cada parcela mensal não poderá ser inferior a R\$ 70,00 (setenta reais).

Parágrafo único. A primeira parcela deverá ser expedida na data da concessão do parcelamento, com prazo máximo para o primeiro vencimento de 10 (dez) dias úteis após sua assinatura, vencendo-se as parcelas seguintes a cada trinta dias.





Art. 8º. O pedido de parcelamento administrativo, no qual o devedor reconhece e confessa formalmente o crédito tributário, será processado nos seguintes termos:

I - será formalizado em requerimento próprio, conforme modelo aprovado pela Secretaria de Finanças do Município (SEFIN) e Procuradoria Fiscal do Município;

II - será assinado pelo devedor ou seu representante legalmente constituído.

§1º. O requerimento deve ser preenchido de acordo com as instruções nele contidas e conterá o demonstrativo dos créditos tributários objeto de parcelamento, podendo ser substituído por relatório processado eletronicamente pela SEFIN ou PGM, que calcule os acréscimos e descontos legais.

§2º. No pedido de parcelamento o contribuinte ou seu representante legal autorizará o Fisco a emitir boletos de cobrança bancária para o pagamento do respectivo débito.

§3º. O recebimento por parte da Fazenda Pública Municipal do valor da primeira parcela, no prazo de seu vencimento, importa aceitação tácita dos termos do parcelamento proposto pelo devedor.

§4º. Caso não se concretize o pagamento da primeira parcela, o parcelamento proposto pelo devedor poderá ser imediatamente desfeito, a critério da Fazenda Pública Municipal, quando será considerado como antecipação do pagamento de qualquer das parcelas remanescentes.

§5º. Quando o vencimento de cada parcela coincidir com dia não útil, este será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

Art. 9º. Os créditos tributários considerados como denunciados espontaneamente constantes do pedido do parcelamento não eliminam a verificação de sua exatidão, com relação a eventuais diferenças, acrescidas dos encargos legais cabíveis.

Art. 10. O disposto nesta Lei não se aplica aos créditos tributários lançados de ofício decorrentes de infrações praticadas com dolo, fraude ou simulação, ou ainda de isenções ou imunidades concedidas ou reconhecidas.



em processos eivados daqueles vícios, bem como aos casos de falta de recolhimento de imposto retido pelo contribuinte substituto, na forma da legislação pertinente.

§1º. O disposto nesta Lei não se aplica aos casos em que, mediante processo de fiscalização, fique comprovada a apropriação indébita e a contumácia de evasão das obrigações fiscais pelo contribuinte.

§2º. Também não se aplicam os benefícios de que trata esta lei aos créditos, executados ou não, provenientes de multas aplicadas pelo Departamento Municipal de Trânsito.

Art. 11. O crédito tributário objeto do parcelamento será consolidado na data da assinatura do termo de acordo e expresso em reais, sendo atualizado monetariamente de acordo com a legislação vigente.

Art. 12. Relativamente ao parcelamento realizado com base nesta lei, considerar-se-ão vencidas, imediata e antecipadamente, todas as parcelas não pagas, retornando o crédito à situação anterior, quando:

I - ocorrer inadimplência de 01 (uma) parcela por 03 (três) meses consecutivos;

II - ocorrer inadimplência acumulada de 03 (três) parcelas consecutivas ou alternadas do parcelamento realizado;

III - ocorrer inadimplência de 03 (três) parcelas dos créditos tributários, cujos fatos geradores ocorrerem após a concessão do parcelamento concedido na forma do *caput* deste artigo e até quando ele perdurar.

§1º A revogação do parcelamento dar-se-á, de forma automática, na hipótese dos incisos deste artigo, independente de prévio aviso ou notificação administrativa, sendo o saldo devedor inscrito em Dívida Ativa e remetido para execução e/ou protesto em cartório, ou, no caso de débitos já ajuizados, a execução fiscal prosseguirá no que diz respeito ao saldo remanescente.

§2º. Revogado o parcelamento, os créditos serão reativados e atualizados, depois de deduzidas as parcelas pagas, abatendo-se das relativas aos créditos cujo fato gerador seja mais antigo.

§3º. Só será permitido o reparcelamento de dívidas uma única vez, no limite máximo de 06 (seis) parcelas.



Art. 13. Fica autorizado o parcelamento de débitos fiscais não tributários, nos mesmos moldes e limites conferidos no Programa Especial de Parcelamento de Débitos Fiscais do Município de Aquiraz.

Art. 14. Considera-se devedor o sujeito passivo da obrigação tributária.

Art. 15. Para viabilizar as negociações autorizadas por esta Lei, poderá o Chefe do Poder Executivo autorizar à Procuradoria Fiscal do Município, quanto às execuções fiscais em curso, a conceder ao executado dispensa de juros e multas nos percentuais e prazos admitidos nesta lei sobre os valores integrantes do débito ajuizado, deferindo os pedidos de parcelamentos mediante acordo judicial formalizado nos autos do processo, devidamente homologado por sentença.

§1º. No acordo de parcelamento deverá constar que o atraso de 02 (duas) parcelas, consecutivas ou não, ocasionará a perda do benefício, hipótese em que a execução será retomada nos próprios autos, considerando-se as parcelas pagas como mera amortização da dívida anterior ao ajuste, ficando, portanto, sem efeito, o respectivo acordo e voltando a incidir sobre a dívida todos os encargos legais, inclusive multa e juros.

§2º. No requerimento de parcelamento o contribuinte reconhecerá e confessará formalmente o débito, comprometendo-se ao pagamento das custas e honorários advocatícios, arbitrados em 10% (dez por cento) do valor do débito a ser pago, quando houver processo de execução fiscal, indicando o número de parcelas desejadas e, se necessário, a garantia ofertada, juntando o documento de propriedade respectivo.

Art. 16. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a baixar os atos necessários à perfeita implementação e aplicação desta lei, bem como regulamentar o período em que os contribuintes terão acesso aos benefícios do Programa Especial de Parcelamento.

Art. 17. A fruição dos benefícios já contemplados por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importâncias pagas, a qualquer título.

Paço da PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ – CE, em 01 de junho de 2015.


Antônio Fernando Freitas GUIMARÃES
PREFEITO MUNICIPAL

